



**REGULAMENTO DE NORMAS
CONSTRUTIVAS E URBANÍSTICAS DO
GINCO EMPRESARIAL TORONTO I**

*O objetivo das Normas Construtivas é a garantia da qualidade urbanística do empreendimento, conforme projetado pela empreendedora, visando proteger o investimento dos **ADQUIRENTES** contra o uso indevido do imóvel e garantir a adequada ocupação do solo em face às posturas urbanísticas, ambientais e legais às quais se submete o **CONDOMÍNIO**.*

*É condição essencial ao Contrato de Venda e Compra de Bem Imóvel, Com Pacto Adjetivo de Financiamento com Alienação Fiduciária a observância das disposições abaixo mencionadas, a que estão obrigados todos os imóveis localizados no **Condomínio Gincó Empresarial Toronto I**, e serão cumpridas pelo(s) ora Comprador(es), e por seus sucessores, a que título for, cientes de que também todas as transações futuras que tenham objeto o imóvel, deverão constar o regulamento ora imposto.*

I - DO OBJETO

Art. 1º - O presente regulamento estabelece regras e restrições com a finalidade de disciplinar o uso e ocupação do solo, a aprovação de projetos e define as penalidades aplicáveis em caso de infração a tais preceitos, sendo estas limitações de caráter supletivo e prevalecem após o cumprimento das legislações federal, estadual e municipal.

Art. 2º - As disposições do presente regulamento aplicam-se indistintamente a todas as unidades autônomas e devem ser cumpridas por todos os condôminos.



Art. 3º - É de responsabilidade do condômino, informar aos projetistas, empreiteiros e aos prestadores de serviços da obra sobre as disposições contidas neste regulamento.

Art. 4º - O condômino responde pelas infrações às disposições, ainda que cometidas por seus contratados, sujeitando-se ao cumprimento das penalidades previstas neste regulamento.

II – DOS USOS

Art. 5º - O Empreendimento foi concebido com o objetivo principal para fins comerciais, não sendo permitida a construção de unidade residencial no pavimento térreo. (Multas C)

Art. 6º - Não é permitida a repetição de projetos, caracterizando edificações idênticas. (Multas C)

III – DA APROVAÇÃO DE PROJETOS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Art. 7º - Somente o Condômino adimplente com as suas obrigações cartorárias (escritura ou contrato registrado no cartório) e pecuniárias, incluindo multas e taxas, poderá dar entrada ao processo de aprovação de projetos.

§ 1º – A existência de débitos de qualquer natureza junto ao Condomínio ou a Incorporadora, devidos por proprietários anteriores, impedirá a entrada do pedido de aprovação de projetos pelo atual proprietário, enquanto tais pendências não sejam regularizadas.

§ 2º – Deverá ser apresentado juntamente com os demais documentos para aprovação, Nada Consta da Incorporadora (solicitado no setor de carteira desta, quando se tratar de imóvel financiado), bem como o Nada Consta do Condomínio (solicitado ao Setor Financeiro do Condomínio).

§ 3º - No caso de débitos negociados, é necessário que o associado titular esteja adimplente com as parcelas da referida negociação, a fim da emissão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

Art. 8º - Todos os projetos de construção ou modificação da edificação já concluída deverão ser previamente apresentados para a aprovação do Condomínio, que verificará o cumprimento das disposições do presente regulamento. (Multa C)

Art. 9º - É de responsabilidade do proprietário, projetista e responsável técnico pela a execução a escolha do método construtivo, bem como todas as obras e ações necessárias para garantir a estabilidade da edificação.

Art. 10º - A Análise da equipe Técnica do Condomínio, se dá somente em relação aos recuos e itens descritos na norma, não sendo analisada nem aprovada por esta equipe método construtivo e/ou projetos complementares, sendo de exclusiva responsabilidade do Condômino e equipe técnica contratada para o desenvolvimento dos projetos e execução das obras da unidade comercial.

PARÁGRAFO ÚNICO – Qualquer dano causado pela obra a infraestrutura do condomínio, bem como a edificações vizinhas existentes devido a movimentação de terra (terraplenagem) e/ou execução da construção obra da unidade comercial são de responsabilidade do proprietário do lote e seus contratados.

Art. 11º - Para início do processo de aprovação, o proprietário deverá fornecer ao Condomínio, 01 (uma) cópia do projeto arquitetônico com a RRT (Registro da Responsabilidade Técnica) ou ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do autor do projeto.

§ 1º – Os projetos deverão ser acompanhados de uma cópia do contrato de aquisição registrado no cartório da circunscrição imobiliária da unidade autônoma ou cópia da escritura do imóvel.

§ 2º – O projeto arquitetônico deverá contemplar a planta baixa, ao menos dois desenhos de cortes e fachadas, planta de cobertura e a planta de situação/localização.



§ 3º - Na planta de cortes deverão ser indicadas a LNT (linha natural do terreno) e na planta de situação as curvas de nível do terreno, que também poderão ser apresentadas em folha independente dos demais projetos.

§ 4º - Fica a critério do Condomínio a adoção de processo digital de análise e aprovação dos projetos, sendo cobrados os mesmos documentos em meio digital.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas cotas dos cortes deverão ser apresentadas as cotas de aterros, corte e muro de arrimo, independentes das demais cotas.

Art. 12º - Aprovado o projeto, o Condômino deverá fornecer duas cópias do projeto sendo uma em mídia (CD ou DVD) para retenção e arquivo do Condomínio, devendo a outra cópia impressa ser devidamente certificada e encaminhada pelo condômino para apreciação das autoridades competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de adoção de processo de aprovação digital não será exigida a apresentação de CD com os arquivos.

Art. 13º - Será cobrada uma taxa de aprovação de projeto no valor de ½ (meio) salário mínimo, cujo valor será pago através de boleto bancário solicitado junto ao Setor Financeiro do Condomínio ou junto ao Setor de Carteira da Incorporadora (enquanto a gestão for da Incorporadora).

PARÁGRAFO ÚNICO - O projeto que apresentar modificações superiores a 50% (cinquenta por cento) da área total construída será considerado como um novo projeto e será cobrada uma nova taxa de aprovação.

Art. 14º - A liberação de execução de obras somente se dará após a aprovação do projeto e apresentado a aprovação do mesmo junto aos órgãos competentes.

§ 1º - Cada projeto deverá atender as particularidades da atividade a que se destina, devendo caso necessário ser aprovado em outros órgãos além da prefeitura municipal de Cuiabá.



§ 2º - A aprovação do projeto por parte do Condomínio analisa somente as características de padrão do empreendimento, não sendo responsável pelas especificidades de cada modelo de negócio.

Art. 15º - Antes do início de efetivo da obra deverá ser construído tapume, barracão de apoio e muro, que deverão ser concluídos antes do início de qualquer etapa da obra. (Multa C)

Art. 16º - Durante a construção, deverá permanecer no canteiro de obras, uma pasta contendo cópia do projeto aprovado pelo Condomínio e pelas autoridades competentes, bem como as autorizações, os comunicados e as instruções relativos à obra emitida pelo Condomínio, devendo ser permitido o manuseio dos referidos documentos pela fiscalização do Condomínio. (Multa B).

Art. 17º - O Condomínio poderá, a qualquer tempo, fiscalizar as unidades autônomas, as obras em andamento e as edificações paralisadas ou conclusas a fim de verificar o integral cumprimento às disposições do presente Regulamento.

Art. 18º - O condômino não poderá executar obra ou serviço diferente daquele previamente aprovado no projeto submetido ao Condomínio e a prefeitura de Cuiabá.

PARÁGRAFO ÚNICO - As obras ou serviços nestas condições serão considerados irregulares, sujeitas às multas e as penalidades cabíveis, bem como poderá ser solicitada a paralisação da obra, até que se regularize a aprovação do projeto junto ao Condomínio. (Multa C).

Art. 19º - O Condomínio não se responsabilizará, em hipótese alguma, por qualquer erro de localização de obra ou demarcação de terreno que implique na invasão de unidades autônomas vizinhas.

§ 1º - O Condomínio dispõe de uma planta geral das unidades autônomas, a qual poderá ser consultada para facilitar a localização das mesmas.

§ 2º - A aprovação do projeto não implica na responsabilidade do Condomínio no tocante à propriedade da unidade autônoma ou sua correta demarcação.



§ 3º - É de responsabilidade do Condômino a contratação de serviço de topografia para a conferência da localização dos marcos de divisa.

IV – DO REMEMBRAMENTO E DESDOBRAMENTO DAS UNIDADES AUTÔNOMAS

Art. 20º - É permitido lembrar e/ou desdobrar unidades autônomas contíguas, de modo a formar uma ou mais unidades autônomas, devendo a nova escritura lembrada ou desmembrada ser apresentada junto com a solicitação de Análise de Projeto, sendo que todas as disposições previstas neste regulamento continuarão aplicáveis a essas novas unidades autônomas, além das seguintes restrições abaixo classificadas: (Multa C)

- a) Testada mínima da unidade autônoma: 8,00 m (oito) metros;
- b) Área mínima da unidade autônoma: 180,00 m² (Cento e oitenta metros quadrados);
- c) Para as unidades autônomas contíguas por divisa lateral, deverá ser mantida a profundidade padrão da quadra em que estão situadas, podendo a sua recomposição ser feita unicamente por testada;
- d) Para as unidades autônomas contíguas por divisa de fundos, somente será permitida a unificação para a obtenção de uma única unidade autônoma, com duas testadas.
- e) Na unidade autônoma lembrada, deverá obedecer a todas as normas deste regulamento como se unidade autônoma original fosse.

V – DOS RECUOS

Art. 21º - A construção principal obedecerá aos seguintes recuos mínimos obrigatórios: (Multa C)



- a) Recuo frontal: 5,00m (cinco metros);
- b) Recuos laterais e de fundo: caso não haja abertura de portas, janelas ou outro elemento de ventilação, será dispensado o recuo, em casos de abertura para as laterais este deverá ser de no mínimo 1,50m (um metro e meio), ou no caso de edificações com mais de 2 pavimentos deve-se observar o que dispõe o código de obras municipal;
- c) O muro de divisa lateral deverá ser executado integralmente na linha interna de divisa;
- d) Não será permitido o aproveitamento do muro de divisa existente como parede da unidade, devendo cada condômino construir a parede de sua unidade, ficando assim com parede dupla entre as unidades.
- e) Os muros de fundo poderão ser executados no eixo da linha de divisa desde que em comum acordo com o vizinho, tendo a anuência expressa deste.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todos os recuos mencionados no artigo acima serão contados a partir da alvenaria acabada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando as unidades possuírem acessos para a rua em sua frente e fundo, deverão ser observados os recuos mínimos obrigatórios de *recuo frontal* em ambos os acessos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Poderá ser exigido adequação dos afastamentos em função da legislação municipal, sendo adotada a de maior restrição.

VI – DAS NORMAS CONSTRUTIVAS

Art. 22º - As projeções de sacadas, floreiras e outros elementos arquitetônicos não deverão avançar sobre qualquer recuo. (Multas C)

Art. 23º - O pavimento subsolo e a edificação secundária deverão respeitar a todos os recuos acima definidos. (Multas C)

Art.24° - Quando houver pavimento abaixo do nível da rua (subsolo), o(s) COMPRADOR(ES) deve(m) tomar as medidas necessárias para o escoamento adequado das águas pluviais e esgoto.

Art.25° - Será obrigatória a indicação das tubulações de água pluvial e de esgoto no projeto destinadas à servidão de passagem.

Art. 26° - Os beirais da cobertura e as projeções das marquises poderão avançar sobre as faixas de recuo mínimo obrigatório, obedecendo à projeção máxima de 1,00m (um metro) contados da alvenaria acabada e deverão ser cotados em plantas baixas. (Multa C)

Art. 27° - É permitida a execução de pergolados nos recuos laterais e de fundo da unidade autônoma sem a construção de cobertura sobre os mesmos, desde que nenhuma parte do pergolado invada o terreno vizinho ou seja apoiado sobre a estrutura do muro.

§ 1° - No recuo frontal os pergolados poderão ser executados em balanço obedecendo à projeção máxima de 1,00m (um metro), contados a partir da alvenaria acabada. (Multa C).

Art. 28° – Cada unidade autônoma deverá atender a legislação municipal, quanto a destinação da quantidade de vagas de estacionamento necessárias para cada estabelecimento, podendo-se utilizar do recuo frontal obrigatório da unidade para a alocação das referidas unidades.

VII – EDIFICAÇÕES

Art. 30° - A área de construção real de edificação, será no máximo equivalente a uma vez a área da unidade autônoma, ou seja, um coeficiente de aproveitamento máximo igual a 1,00 (um). (Multa C)

Art. 31° - A área de projeção da construção principal (com um ou mais pavimentos), somada a área da construção de outras edificações (edificação secundária, área de serviço, e assemelhados), não poderá ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) da área da unidade autônoma ou seja uma taxa de ocupação igual a 50% (cinquenta por cento). (Multa C)

Art. 32º - O coeficiente de permeabilidade da unidade autônoma não deverá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento). (Multa C)

Art. 33º - Toda construção poderá ter mais que dois pavimentos acima do nível da rua, desde que obedeça à altura máxima de 10,00m (dez metros) a ser contado do nível da calçada, incluindo a instalação ou construção de elementos arquitetônicos. (Multa C).

Art. 34º - Será permitida a execução de aterro, não podendo ser superior a 1,00m (um metro) de altura em relação ao nível natural do terreno. (Multa C).

VIII – DOS MUROS E CALÇADAS

Art. 35º - É permitida a construção de muros de arrimo nas divisas com altura máxima de 1,50m (um metro e meio). (Multa C)

Art. 34º - É permitida a construção de muros de divisa lateral e de fundo, exceto na faixa de recuo frontal, podendo ser executados com altura máxima de 3,00m (três metros) em relação ao nível natural do terreno. (Multa C)

§ 1º - Todo muro deverá ser revestido externamente com reboco e ter pintura, quando não houver edificação na unidade autônoma vizinha. (Multa B)

§ 2º - Caso o muro seja construído em bloco de concreto, não será necessário observar o disposto no §2º deste artigo.

§ 3º. Não é permitida a compensação de alturas entre os muros de arrimo e de fechamento, nos casos onde a altura máxima permitida para cada um dos tipos não é utilizada. A altura deles será mensurada de forma independente.

Art. 35º - As calçadas deverão obrigatoriamente seguir o padrão determinado pelo Condomínio.



§ 1º - Todas as calçadas deverão ser executadas com duas faixas, sendo 0,50m (cinquenta centímetros) de largura em grama junto ao meio-fio e 1,50m (um metro e meio) de largura em concreto desempenado na faixa junto ao lote. (Multa C)

§ 2º - Não é permitida a execução de degraus na calçada, devendo esta constituir uma faixa contínua de pavimento, exceto pelas rampas de acessibilidade e de acesso de veículos, conforme NBR 9060. (Multa C)

§ 3º - Não é permitida a aplicação de tintas, resinas ou quaisquer tipos de revestimentos sobre o concreto desempenado da calçada, exceto se vier a ser padronizado pela administração do condomínio. (Multa C)

IX – DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

Art. 36º - As instalações: elétrica, telefone, campainha e similares serão obrigatoriamente subterrâneas, entre o poste da via até a edificação principal. (Multa C)

§ 1º - As ligações provisórias deverão ser subterrâneas, não podendo ser utilizado postes ou padrão, devendo ser executada uma caixa em alvenaria ou poderá ainda ser executada a própria instalação definitiva.

§ 2º - A ligação de esgoto provisória somente poderá ser feita no esgoto da edificação, não podendo em hipótese alguma ser utilizado o ramal dos vizinhos. (Multa C)

Art. 37º - As caixas d'água devem ser construídas ou instaladas no corpo da edificação, sobre a laje, ou torre arquitetonicamente concebida e conjugada à estrutura da edificação, de forma que as mesmas não fiquem aparentes, não sendo permitida a construção de caixas d'água em torres isoladas. (Multa C)

Art. 38º - É proibida a instalação de grades (metalon, tela artística), ofendículos de qualquer natureza, cercas elétricas e cercas de arame galvanizado sobre os muros de divisas da unidade autônoma. (Multa C)

Art. 39º - Cada unidade autônoma possui caixa específica para a interligação do esgoto, devendo ser feito levantamento da cota de fundo desta para a devida interligação do esgoto da edificação.

§ 1º - O levantamento das cotas de fundo da caixa de inspeção de esgoto (CI) deverá ocorrer junto com o levantamento topográfico da unidade, devendo o projetista e o proprietário adotarem medidas técnicas para a adequada interligação do efluente da edificação na CI destinada para a unidade.

Art. 40º - As águas pluviais serão captadas em redes independentes da rede de esgoto e deverão ser lançadas na sarjeta ou boca de lobo, quando esta estiver localizada no limite da testada da unidade autônoma. (Multa C)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É expressamente proibida a utilização inversa das redes, ou seja, lançar esgoto na rede de águas pluviais e vice-versa. (Multa C)

PARÁGRAFO SEGUNDO – As águas provenientes de drenagem poderão ser lançadas na sarjeta ou direcionadas por tubulação pela calçada até a boca de lobo mais próxima da frente do lote.

Art. 41º - É proibida a construção da fossa séptica na unidade autônoma, a tubulação de esgoto da edificação deverá ser interligada diretamente na rede coletora de esgoto do Condomínio. (Multa C)

XI – DA EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 42º - Toda obra antes de ser iniciada, deverá ser murada ou fechada com tapumes ao longo de todo o perímetro da unidade autônoma.

§ 1º - Os tapumes deverão ser totalmente fechados e com altura mínima de 2,00m (dois metros), devendo ser executados em telha de chapa metálica e em bom estado de conservação até a

conclusão da obra, valendo idêntica regra para o lote de apoio, que deverá ter todo o seu perímetro cercado pelo tapume. (Multa B).

§ 2º - Não é permitido o depósito de material no passeio, mesmo que temporariamente, para futuro depósito interno. (Multa A)

§ 3º - A construção do muro deverá ser executada paralelamente a execução do tapume (lote da obra e lote de apoio). (Multa A)

Art. 43º - É obrigatória a construção de sanitário ou aluguel de banheiro químico para uso dos trabalhadores da obra, devendo ser instalado ou executado no perímetro do terreno. (Multa A)

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a construção do sanitário destinado a atender o canteiro de obras na unidade autônoma vizinha, e deverá ser utilizado o esgoto do lote da obra. (Multa B)

Art. 44º - É responsabilidade do condômino providenciar a total limpeza das sujeiras e remoção do material excedente no final da obra, além daqueles decorrentes dos serviços de terraplenagem, fundações ou transporte de materiais, que se encontram espalhadas nas sarjetas, nas vias internas ou nas áreas comuns do Condomínio. (Multa B)

PARÁGRAFO ÚNICO: Na execução de terraplenagem é obrigatória a construção de proteções contra erosão e assoreamento das áreas de uso exclusivo lindeiras e da via interna.

Art. 45º - A sondagem, os serviços topográficos e o levantamento planialtimétrico são de responsabilidade do condômino e poderão ser realizados independentemente da aprovação do projeto.

Art. 46º - Cabe ao condômino tomar as providências necessárias para o pedido de ligações de água, esgoto e energia, provisórias e definitivas, junto às concessionárias de serviços públicos.

Art. 47º - É permitida a utilização de uma única unidade autônoma vizinha como apoio à obra, desde que o proprietário conceda antecipada e formalmente a autorização, a qual deverá ser apresentada ao Condomínio. (Multa B)



PARÁGRAFO ÚNICO – A unidade autônoma vizinha deverá obedecer ao mesmo padrão do canteiro de obra, no que diz respeito à colocação e conservação do tapume e limpeza. (Multas B)

Art. 48º O(s) PROPRIETÁRIO(S) é (são) responsável(is) por manter as vias de acesso à obra limpas, bem como as áreas de uso comum adjacentes, correndo por sua exclusiva conta os riscos, ônus ou prejuízos que forem causados às partes comuns

Art. 49º Os entulhos ou quaisquer outros materiais descartados devem ser depositados em caçamba localizada em frente à obra e removidos constantemente, evitando transtornos aos vizinhos.

Art. 50º Quando houver sobra de material oriundo de escavações ou de material importado, esta deverá ser removida para fora do empreendimento no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Art. 51º Em hipótese alguma podem ser utilizadas as calçadas e vias de acesso para preparo de qualquer material destinado à construção, como argamassas e concreto.

Art. 52º - Após a conclusão da obra, a unidade autônoma vizinha deverá ser devolvida da mesma forma e situação em que foi encontrado, ou seja, sem os vestígios de materiais e entulhos provenientes da obra. (Multas B)

Art. 53º - A entrada de veículos pesados, máquinas, equipamentos e materiais na obra somente será permitida após a aprovação do projeto pelo Condomínio. (Multas B)

PARÁGRAFO ÚNICO - Será expressamente proibida a entrada de carretas ou caminhões com mais de 03 eixos no condomínio, bem como equipamentos pesados para compactação (rolo compactador e semelhantes). (Multas B)

Art. 54º – O recebimento de materiais deve ser realizado pelo responsável pelo canteiro de obras ou pessoa indicada pelo condômino proprietário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se por qualquer motivo algum funcionário ou terceirizado que preste serviço ao Condomínio, vier a acompanhar o caminhão de entrega, esclarece-se que tal ato não

caracteriza a responsabilidade do Condomínio quanto à conferência, acondicionamento, quantidade ou inviolabilidade do material descarregado, sendo que o Condomínio não assume em hipótese alguma qualquer responsabilidade por recibos assinados por seus funcionários ou terceirizados, os quais não possuem autorização para tal.

Art. 55° - Os materiais e equipamentos deverão ser armazenados e fechados no interior do canteiro da obra ou da unidade autônoma vizinha, sendo proibido o seu depósito nas calçadas, vias públicas ou áreas verdes. (Multas B)

Art. 56° - É proibido o preparo de concreto, massas para revestimentos, lavagem de equipamentos, lançamento de tinta ou qualquer outro material que comprometa a qualidade do pavimento, calçada ou áreas verdes. (Multas B)

Art. 57° - O canteiro de obra e a unidade autônoma vizinha deverão ser mantidos limpos e os entulhos de obra deverão ser retirados com frequência para não ocasionar acúmulo. (Multas B)

Art. 58° - É expressamente proibido o depósito e a permanência de lixo, entulhos e restos de materiais, nas unidades autônomas não edificadas. (Multas B)

Art. 59° - É expressamente proibido o trânsito de veículos e máquinas sobre as áreas de Preservação Permanente, áreas verdes e área comum do Condomínio. (Multas B)

XII – DA MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

Art. 60° - São permitidos os serviços de movimento de terra na unidade autônoma, quando vinculados à execução do projeto aprovado pelo Condomínio. (Multas C)

§ 1° - Os serviços de movimento de terra não poderão intervir na topografia original das unidades autônomas vizinhas, alterando a integridade destas, salvo se for expressamente autorizado pelo proprietário. (Multas C)

§ 2º - A operação de máquinas para movimentação de terra deve ser realizada observando as normas de segurança e supervisionada pelo condômino proprietário ou responsável pela obra. (Multa C)

§ 3º - O(s) PROPRIETÁRIO(S) é (são) responsável(is) por providenciar e contratar os serviços pertinentes ao bom desenvolvimento da obra como levantamento planialtimétrico, sondagem, projetos estruturais, e outros que se fizerem necessários, garantindo a estabilidade construtiva, a segurança dos funcionários da obra e dos vizinhos.

§ 4º - A entrada destas máquinas deverá ser expressamente autorizada pelo Condomínio, para tanto, o condômino interessado deverá solicitar formalmente tal autorização, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil. (Multa B).

Art. 61º - Qualquer máquina de terraplenagem só poderá ter acesso ao condomínio, observando-se as limitações descritas adiante.

§ 1º - Danos no leito carroçável, guias, gramados, árvores, sarjetas, meio-fio, caixas de passagem, tampa das caixas e outros, decorrentes da operação de máquina e/ou por caminhos serão de responsabilidade do condômino proprietário da unidade autônoma. (Multa B)

§ 2º - Serviços de movimentação de terra que impliquem no comprometimento da segurança das casas e obras vizinhas, integridade das unidades autônomas, sistema viário, sistema de águas ou qualquer evento danoso, poderão ter a sua execução suspensa pelo Condomínio, não cabendo ao mesmo qualquer ônus decorrente desta medida.

XIII – DA PARALISAÇÃO DA OBRA

Art. 62º - Antes de paralisar a obra, o condômino deverá providenciar a limpeza do lixo e do entulho existente no canteiro de obra e na unidade autônoma vizinha. (Multa B)

Art. 63º - A obra paralisada deverá:

I - Manter fechado todo o seu perímetro. (Multa B)

II - Manter o tapume em bom estado de conservação durante o período da paralisação. (Multa B)

III - Manter sua área interna limpa e livre de focos de contaminação de larvas de mosquitos. (Multa B)

Art. 64º - A unidade autônoma vizinha deverá ser imediatamente reconstituída e liberada. (Multa B)

XIV – DA CONCLUSÃO DA OBRA

Art. 65º - Após a conclusão da obra e pedido de emissão do habite-se pela prefeitura, o condômino deverá solicitar ao Condomínio Carta de Liberação para realizar a ocupação e a entrada no imóvel. (Multa B)

Art. 66º - Somente o condômino adimplente com as suas obrigações pecuniárias, incluindo multas e taxas e protocolo de habite-se, poderá receber a carta de liberação para proceder à mudança e ocupação do imóvel.

Art. 67º - O Condomínio concederá a carta de liberação mediante o cumprimento dos seguintes itens:

I - A remoção e limpeza dos restos de materiais, entulhos e lixo da obra existente na unidade autônoma e na unidade autônoma vizinha;

II - A reconstituição e liberação da unidade autônoma vizinha, caso a tenha utilizado como lote de apoio;

III - O pagamento de todas as multas que foram aplicadas durante a execução da obra;

IV - Apresentação do protocolo do Habite-se.

Art. 68º - Havendo o descumprimento de qualquer dos itens acima, o Condomínio realizará nova vistoria.

XV – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES

Art. 69º - O descumprimento às disposições deste regulamento acarretará a aplicação de multas e a demolição da edificação irregular, além das medidas previstas no Art. 70.

Art. 70º - As multas serão aplicadas por tipo de infração, conforme previsto em alguns itens deste regulamento:

I - Multa A: 25% do Salário Mínimo vigente.

II - Multa B: 50% do Salário Mínimo vigente.

III - Multa C: 100% do Salário Mínimo vigente.

§ 1º - Em caso de reincidência na mesma infração as multas serão aplicadas com valor dobrado.

§ 2º - As multas serão cobradas no boleto da taxa condominial.

Art. 71º - Constatada a infração, o Condomínio notificará o condômino, concedendo-lhe prazo para sanar a irregularidade encontrada, devendo o prazo ser informado no auto de infração e começará a contar a partir da data do recebimento deste.

§ 1º - Para o recebimento do auto de infração ou imposição de multa, o condômino poderá optar:

I - Pela entrega ao responsável da obra por ele indicado – preposto;

II - Por ser comunicado pessoalmente ou através de e-mail para a retirada das mesmas na administração do Condomínio em um prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

§ 2º - A não retirada e/ou recusa do recebimento do auto de infração, não exime o condômino da obrigação de sanar a irregularidade e do pagamento da multa.

§ 3º - Caso o condômino não retire e/ou recuse o recebimento da imposição de multa, esta poderá ser validada e considerada eficaz para todos os propósitos, mediante a assinatura de duas testemunhas.

Art. 72º - Terminado o prazo concedido no auto de infração sem que a irregularidade tenha sido sanada, será cobrada uma nova multa em valor dobrado.

Art. 73º - Nos casos em que o condômino, reincidente ou não, for notificado pelo descumprimento às disposições desta norma e não tomar as providências cabíveis dentro do prazo concedido no auto de infração, o Condomínio poderá adotar as medidas legais cabíveis para que as normas sejam cumpridas, bem como, a seu exclusivo critério, realizar os serviços necessários visando à adequação e proceder a cobrança relativa aos custos deste serviço do condômino responsável em seu boleto da cota condominial.

XVI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 74º - O cumprimento das disposições previstas neste regulamento poderá ser exigido pelo Condomínio e por qualquer condômino.

Art. 75º - O Condomínio se isenta de qualquer responsabilidade e não indenizará qualquer prejuízo ou dano relativo a furto ou roubo de materiais de qualquer natureza, equipamentos e veículos durante a construção da obra e após a sua conclusão.

Art. 76º - As presentes normas previstas neste regulamento retratam as necessidades de regulamentação existentes por ocasião de sua elaboração, podendo, no entanto, serem modificadas ou acrescidas a qualquer momento pelo Conselho Consultivo, desde que novos fatos ou necessidades as prejudiquem.

Art. 77º - Os casos omissos serão avaliados e deliberados pelo Conselho Consultivo.

Art. 78º – A falta de expressa aceitação de todas as normas implica o impedimento da aprovação do projeto e conseqüentemente do início da construção.



Art. 79º – Antes da proposição de alteração das Normas Construtivas do Condomínio Empresarial Toronto I devem ser observadas as normas construtivas municipais vigentes, prevalecendo assim a normativa mais restritiva.

Estas normas devem ser obrigatoriamente observadas por todos os condôminos do Condomínio Empresarial Toronto I.

Cuiabá, 20 de março de 2020.

TORRES INCORPORAÇÕES LTDA

30.208.556/0001-39



**SUB-ROGAÇÃO DOS DIREITOS PERTINENTES À FISCALIZAÇÃO DAS
RESTRICÇÕES ATRIBUÍDOS À VENDEDORA**

A aprovação das plantas e fiscalização da obediência às normas deste Regulamento e Administração das partes comuns é efetuada pelo "**CONDOMÍNIO EMPRESARIAL GINCO TORONTO I**".

Deste condomínio são condôminos natos todos os titulares de imóveis localizados no "**CONDOMÍNIO EMPRESARIAL GINCO TORONTO I**", Cuiabá, Estado de Mato Grosso, ou de direitos sobre esses imóveis, e é ele dirigido por um Conselho Administrativo que se incumbe de fazer respeitar os regulamentos específicos de cada quadra e as demais determinações aprovadas pelos condomínios.

A minuta da Convenção de Condomínio faz parte integrante deste instrumento sendo que a mesma deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral de Constituição e encontra-se depositada junto com processo de incorporação no Quinto Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Cuiabá – Mato Grosso.

Cuiabá-MT, 20 de março de 2020.

Assinatura:

TORRES INCORPORAÇÕES LTDA

30.208.556/0001-39